

A portrait of a man with short brown hair and a beard, smiling. He is wearing a dark grey suit, a white shirt, and an orange tie. The background is a sunset or sunrise over a field with a white egret on the left.

PLANO DE GOVERNO 2027-2030

MATO GROSSO DO SUL

GOVERNADOR é
CATÃO
VICE JACINTHO

30

Um Plano de Governo não pode ser apenas uma coleção de promessas. Ele precisa dizer o que será feito, para quem, onde, em quanto tempo e como o resultado será acompanhado.

Mato Grosso do Sul tem força, riqueza, capacidade de produção e, acima de tudo, gente que trabalha e acredita no futuro. Mas o Estado ainda convive com problemas que não podem ser tratados como normais: filas na saúde, falta de moradia, estradas e infraestrutura que precisam de respostas, excesso de burocracia e impostos que pesam sobre quem produz e empreende.

É hora de transformar a força de Mato Grosso do Sul em qualidade de vida, oportunidades e desenvolvimento para todos.

Nosso compromisso é construir um Estado forte por inteiro, presente nos 79 municípios e planejado a partir das 9 regiões, respeitando as características, necessidades e vocações de cada território.

Queremos um Estado que esteja perto das pessoas. Na saúde, isso significa ampliar a capacidade dos hospitais regionais, reduzir deslocamentos, enfrentar as filas e garantir diagnóstico cada vez mais precoce, especialmente na infância, além de cuidado integral para pessoas com deficiência, autismo e suas famílias.

Na infraestrutura, vamos promover uma grande missão de obras, com investimentos em rodovias, estradas vicinais, pavimentação, drenagem, pontes, saneamento, hospitais e corredores estruturantes. A população precisa ver o imposto transformado em obra, serviço e benefício concreto.

Na habitação, vamos trabalhar para viabilizar 30 mil moradias, integradas à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e às oportunidades de trabalho, enfrentando de forma objetiva o déficit habitacional.





PLANO DE GOVERNO 2027.2030

CORAGEM PARA MUDAR E O MS AVANÇAR

Na economia, a direção será clara: menos impostos, menos burocracia e mais liberdade para produzir. Vamos rever distorções tributárias, aprimorar os incentivos para que alcancem também pequenos e médios produtores e empreendedores e garantir que recursos gerados pela produção retornem em infraestrutura e desenvolvimento.

Tudo isso será acompanhado por uma nova forma de governar: metas, prazos, transparência e avaliação dos resultados.

Cada município terá prioridades definidas e acompanhamento público. O cidadão poderá saber quanto foi investido, qual o prazo, o que foi entregue e, principalmente, se aquilo resolveu o problema.

Não queremos um governo que apareça apenas na fotografia. Queremos um governo que entrega.

Mato Grosso do Sul precisa de um novo ciclo: com responsabilidade no uso do dinheiro público, coragem para enfrentar problemas antigos, liberdade para quem produz e presença do Estado onde as pessoas vivem.

Este é o nosso compromisso: fazer o Estado funcionar, fazer o dinheiro público chegar onde precisa e construir um Mato Grosso do Sul forte por inteiro.

João Henrique Catan

Candidato a Governador de Mato Grosso do Sul

A FORÇA DO PLANO

Mato Grosso do Sul pode crescer e esse crescimento precisa aparecer no asfalto, no hospital, na escola, na segurança e na vida da população.

79**municípios no centro**

cada cidade com carteira de entregas, prioridades e apoio técnico

9**regiões com estratégia**

mais proximidade, menos centralização e mais presença do Estado

4 anos**De transformação e grandes obras**

Choque de investimento em infraestrutura, saúde, educação, mobilidade, saneamento, cultura e habitação

**Proximidade entre governo e população.
Menos espera. Mais presença. Mais resultado.**

A GRANDE MARCA DO MANDATO

Um Estado que transforma arrecadação em obras, serviços, oportunidades e qualidade de vida.

Infraestrutura será uma das grandes alavancas do próximo ciclo, conectando asfalto, saúde, educação, segurança, saneamento, habitação, mobilidade, tecnologia e desenvolvimento regional.

SEIS COMPROMISSOS ESTRUTURANTES

1

Nenhum município invisível

Presença do Estado, obras, serviços, saúde, tecnologia, educação e metas.

2

Obras que transformam

Rodovias, pavimentação urbana, pontes, viadutos, drenagem, saneamento, hospitais, escolas e equipamentos públicos

3

Saúde perto de casa

Menos deslocamento para resolver o básico e mais atendimento, estrutura e especialidades dentro de cada região.

4

Estado digital de verdade

Serviços no celular, fila visível e acompanhamento, transparência e avaliação dos serviços públicos.

5

Segurança com presença

Fronteira, campo e cidade tratados com inteligência, integração e resposta.

6

Dinheiro público com resultado

Equilíbrio fiscal, menos desperdício, mais eficiência e transparência. O Estado deve gastar melhor, cobrar de forma mais justa e transformar cada recurso público em serviço, obra e benefício concreto para a população.

79 MUNICÍPIOS**9 REGIÕES****1 DESENHO DE ESTADO**

O Plano de Governo 2027-2030 parte de uma visão territorial: cada região tem necessidades, vocações e prioridades próprias, mas todas devem fazer parte de um mesmo projeto de desenvolvimento.

**Campo Grande****Dourados****Bolsão****Cone Sul****Pantanal****Leste****Norte****Sudoeste****Sul-Fronteira**

A estratégia para Mato Grosso do Sul não parte de uma solução única para todos, mas de um projeto Estadual com prioridades adequadas em cada região.

O objetivo é simples: fazer o cidadão perceber, no seu município e na sua vida, que o dinheiro dos impostos está se transformando em resultado.

A organização do plano parte de eixos estratégicos com objetivos claros, ações executáveis e resultados acompanháveis. Grandes projetos serão combinados com intervenções locais, continuidade das obras em andamento, modernização da gestão e critérios técnicos para definição de prioridades.

O planejamento será acompanhado por metas, cronogramas, indicadores e transparência da execução, fortalecendo a capacidade do Estado de transformar planejamento em entrega.

O objetivo é promover uma mudança que possa ser percebida na vida real: melhores conexões entre municípios e regiões, saúde mais resolutiva perto de casa, infraestrutura moderna, novas oportunidades de desenvolvimento e um Estado mais eficiente na aplicação dos recursos públicos.

Mais do que apresentar propostas, este plano organiza o Estado para **executar, medir resultados e fazer a mudança ser sentida em todo Mato Grosso do Sul.**

CADERNO COMPLETO DO PLANO DE GOVERNO

2027 . 2030

GOVERNADOR &
CATAN
VICE JACINTHO

30

Um projeto para os 79 municípios, estruturado em infraestrutura, desenvolvimento dos municípios, entrega eficiente de serviços públicos e fortalecimento da confiança da população no Estado.

P L A N O D E G O V E R N O 2 0 2 7 . 2 0 3 0

Mato Grosso do Sul Forte por Inteiro

Um plano de Estado para modernizar Mato Grosso do Sul, superar gargalos históricos e transformar crescimento em infraestrutura, oportunidades e qualidade de vida.

Este Plano de Governo organiza uma visão integrada para Mato Grosso do Sul, com atuação territorial, regionalizada e orientada por resultados. A prioridade é transformar planejamento e investimento em entregas concretas nos 79 municípios, com forte atenção à infraestrutura, logística e pavimentação ao longo dos próximos quatro anos.

O plano articula essas prioridades com saúde, educação, segurança pública, tecnologia, desenvolvimento econômico, sustentabilidade, proteção social e responsabilidade fiscal, estabelecendo uma direção clara para o Estado: integrar regiões, reduzir gargalos, ampliar oportunidades e fazer o crescimento ser percebido na vida da população.

79municípios com
carteira de entregas**9**regiões com agenda
própria**4 Anos**de execução e
monitoramento**1 Prioridade**infraestrutura
transformar Mato
Grosso do Sul

Um Estado forte por inteiro, com resultado chegando onde as pessoas vivem.

SUMÁRIO

01	VISÃO DE ESTADO E DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	1
02	EQUILÍBRIO FISCAL E LIBERDADE ECONÔMICA	4
03	PACTO 79 MUNICÍPIOS E GOVERNANÇA REGIONAL	6
04	GRANDE MISSÃO DE INFRAESTRUTURA 2027-2030	8
05	PLANO ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO EXPRESSIVA	11
06	LOGÍSTICA, ROTA BIOCEÂNICA E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL	14
07	SANEAMENTO, DRENAGEM, URBANISMO E HABITAÇÃO	16
08	SAÚDE PERTO DE CASA	18
09	SAÚDE E PROTEÇÃO ANIMAL	21
10	EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E JUVENTUDE	22
11	TECNOLOGIA, GOVERNO DIGITAL E CIDADES INTELIGENTES	25
12	SEGURANÇA PÚBLICA, FRONTEIRA E PROTEÇÃO SOCIAL	26
13	CULTURA, IDENTIDADE, ECONOMIA CRIATIVA E ESPORTE	28
14	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	30
15	MEIO AMBIENTE, PANTANAL E DESENVOLVIMENTO RESPONSÁVEL	32
16	COMBATE À CORRUPÇÃO, TRANSPARÊNCIA E GOVERNO EFICIENTE	34
17	GESTÃO EFICIENTE, TRANSPARÊNCIA E RESULTADOS	35
18	MATO GROSSO DO SUL POR INTEIRO	37

1. VISÃO DE ESTADO E DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Mato Grosso do Sul tem potencial para muito mais. O Estado precisa transformar sua capacidade econômica, sua posição estratégica e sua arrecadação em resultados concretos na vida das pessoas — em infraestrutura, saúde, educação, segurança, habitação, mobilidade, emprego e qualidade dos serviços públicos.

Depois de anos sob o comando do mesmo grupo político, é preciso reconhecer que ainda existem grandes diferenças entre as regiões, municípios e comunidades. Há estradas que precisam de investimentos, bairros sem infraestrutura adequada, déficit habitacional, dificuldades de acesso à saúde especializada, falta de oportunidades de qualificação e regiões produtivas que ainda enfrentam gargalos para crescer.

O desafio de 2027–2030 será romper com uma gestão concentrada, pouco perceptível para grande parte da população, e construir um Estado mais presente, eficiente e equilibrado territorialmente. Cada cidadão precisa conseguir perceber onde o dinheiro dos impostos está sendo aplicado e, principalmente, sentir o resultado dessa aplicação.

O próximo governo deverá colocar o investimento público no centro da estratégia de desenvolvimento, com planejamento, transparência, metas e acompanhamento regional. Não basta anunciar grandes números: é necessário entregar obras, serviços e oportunidades onde as pessoas vivem e trabalham. Mato Grosso do Sul precisa de um novo ciclo de desenvolvimento: mais obras, mais infraestrutura, mais saúde, mais habitação, mais educação, mais segurança e mais oportunidades — com presença efetiva do Estado nos 79 municípios e atenção às diferentes necessidades de cada região.

A proposta para 2027–2030 é fazer o Estado avançar de forma concreta, equilibrada e visível, colocando o cidadão no centro das decisões e fazendo com que a população veja e sinta o retorno dos impostos que paga.

O que este plano assume como verdade política

- Não haverá salto social sem uma ofensiva séria de infraestrutura e pavimentação.
- Não haverá saúde eficiente se o cidadão continuar viajando demais para resolver o básico.
- Não haverá educação conectada ao futuro sem internet, formação técnica e presença regional.
- Não haverá segurança suficiente se a fronteira, o campo e a cidade forem tratados como problemas isolados.
- Não haverá governo moderno sem integração digital com os municípios e metas públicas por secretaria.
- Não haverá desenvolvimento sustentável com carga tributária excessiva, burocracia e insegurança para quem produz, investe e gera empregos.
- Não haverá economia regional forte sem valorizar os empresários locais, especialmente os pequenos e médios empreendedores, responsáveis por gerar empregos, renda, investimentos e oportunidades nos municípios.
- Não haverá Estado eficiente sem valorizar os servidores públicos de carreira, investir em qualificação, reconhecer o mérito e garantir condições para que possam servir a população.

Mato Grosso do Sul precisa **voltar a avançar**. Seu potencial econômico deve se transformar em **infraestrutura moderna, estradas melhores, logística eficiente, cidades estruturadas, serviços públicos de qualidade e novas oportunidades**.

Crescer não basta. É preciso fazer o desenvolvimento **chegar a todas as regiões e ser percebido na vida das pessoas**.

1.1. Leituras centrais para orientar o mandato

- Infraestrutura precisa ser tratada como política de produtividade, saúde pública e integração territorial ao mesmo tempo.
- O apoio aos municípios não pode se limitar a repasses pontuais; deve incluir projeto, fiscalização, dados, capacitação e manutenção.
- Pavimentar não é só asfaltar: é drenar, sinalizar, calçar, garantir acessibilidade e reduzir custo de manutenção futura.
- A regionalização da saúde precisa diminuir deslocamentos, filas invisíveis e dependência excessiva da capital.
- Tecnologia deve simplificar a vida do cidadão, apoiar a gestão municipal e dar inteligência às forças de segurança.
- A política tributária precisa ser simples e previsível, preservando a competitividade de quem produz e investe.
- A gestão pública precisa valorizar os servidores de carreira, com qualificação, mérito e foco em resultados.
- O Pantanal, a fronteira e a Rota Bioceânica exigem um modelo próprio de desenvolvimento e proteção.

O compromisso é simples: fazer o desenvolvimento chegar à vida real. O crescimento de Mato Grosso do Sul precisa ser percebido nas cidades, nas estradas, nas rotas de produção, nas escolas, nos hospitais, na segurança, nas comunidades rurais e no dia a dia de quem depende do Estado. Avançar significa transformar potencial econômico em infraestrutura, serviços que funcionam, oportunidades e qualidade de vida em todas as regiões.

2. EQUILÍBRIO FISCAL, LIBERDADE ECONÔMICA E MENOS IMPOSTOS

Mato Grosso do Sul precisa de um Estado que gaste melhor, cobre menos e entregue mais. O dinheiro arrecadado deve ser tratado com responsabilidade, e quem produz, investe e gera empregos não pode ser penalizado por excesso de impostos, burocracia ou distorções tributárias.

A proposta é construir um ambiente econômico mais livre, simples e competitivo, com menos burocracia, tributação mais justa, revisão de distorções e estímulo à produção e ao investimento.

O objetivo é ampliar a atividade econômica, gerar oportunidades e fortalecer a arrecadação pelo crescimento, e não pelo aumento permanente da carga sobre quem já paga.

2.1. Menos impostos, menos burocracia

- Reduzir alíquotas e taxas, sempre com responsabilidade fiscal e planejamento.
- Simplificar procedimentos e reduzir a burocracia para abrir, manter e expandir empresas e atividades produtivas.
- Rever mecanismos que resultem em cobrança em duplicidade ou bitributação.
- Rever a pauta fiscal e mecanismos de cobrança que aumentem artificialmente o custo da produção.
- Utilizar tecnologia e inteligência fiscal para combater a sonegação e a concorrência desleal, sem transformar o contribuinte regular no alvo permanente da fiscalização.

2.2. Novo Fundersul: dinheiro da produção voltando para a produção

- Reformular o Fundersul, direcionando seus recursos exclusivamente para infraestrutura, transporte, logística e viabilidade da produção, especialmente estradas, pavimentação, duplicações e novos acessos.
- Estabelecer um critério de distribuição que considere quanto cada município contribui e produz, garantindo maior retorno às regiões que geram os recursos.
- Avaliar a retirada de vinculações que desvirtuem a finalidade do fundo, concentrando seus recursos na infraestrutura necessária ao escoamento e à competitividade da produção.
- Revisar a tributação dentro das cadeias produtivas para eliminar situações de cobrança em duplicidade, incluindo mecanismos específicos para evitar a bitributação na comercialização de animais.

2.3. ICMS com equilíbrio entre Capital e Interior

- Reformular os critérios de rateio do ICMS, buscando uma distribuição mais equilibrada dos recursos entre os municípios.
- Corrigir distorções na distribuição, fortalecendo a participação de Campo Grande sem prejudicar o interior.
- Criar um fundo de compensação, utilizando recursos da renúncia global para evitar perdas dos municípios durante a transição.

2.4. Incentivo fiscal para quem produz – não apenas para os grandes

- Reformular o modelo de incentivos fiscais, para que os benefícios não fiquem concentrados apenas nos grandes grupos e no topo das cadeias produtivas.
- Fazer o incentivo descer pela cadeia produtiva, alcançando também pequenos e médios produtores e empreendedores que querem investir, ampliar sua produção e gerar empregos.
- Criar instrumentos que permitam transformar parte dos incentivos existentes em investimento produtivo, inclusive para pequenos produtores que desejem modernizar sua atividade, como energia, tecnologia e infraestrutura.
- Criar um modelo estadual de incentivo à produção, inspirado na lógica do Plano Safra, mas ampliado para diferentes atividades, incluindo agricultura e pecuária.

2.5. Equilíbrio fiscal e eficiência do Estado

- A redução de impostos precisa caminhar junto com controle de despesas, combate ao desperdício e eficiência na arrecadação. O Estado deve buscar uma base econômica mais ampla, com menos distorções e maior atividade produtiva, em vez de depender continuamente do aumento da carga sobre quem já produz e paga.

O princípio é claro: cobrar menos, simplificar mais, produzir mais e arrecadar melhor.

3. PACTO 79 MUNICÍPIOS E GOVERNANÇA REGIONAL

O Pacto 79 Municípios será a principal engrenagem político-administrativa do mandato. Em vez de trabalhar com uma relação episódica com as prefeituras, o Estado adotará uma plataforma permanente de cooperação. Cada município terá acesso a uma carteira estadual de entregas, organizada por prioridades pactuadas nas áreas de infraestrutura, saúde, transformação digital, segurança, habitação, saneamento e desenvolvimento econômico.

Arquitetura do pacto

- Carteira de obras e serviços prioritários por município, revisada anualmente.
- Escritórios regionais de apoio técnico para projetos executivos, convênios, fiscalização e captação de recursos.
- Sistema estadual de informação territorial com dados por município, metas, cronograma e mapas de entrega.
- Fóruns regionais trimestrais com prefeituras, setor produtivo, universidades e sociedade civil.
- Apoio a consórcios intermunicipais em resíduos sólidos, manutenção viária, compras públicas e saúde regional.

Com isso, o Estado deixa de ser apenas um repassador e passa a ser um parceiro técnico e operacional. Essa mudança é decisiva para cidades pequenas e médias, que muitas vezes têm demanda, área urbana em expansão e necessidade de obras, mas não possuem equipes robustas para desenhar, licitar e fiscalizar projetos complexos. Como o Pacto 79 Municípios mudará a ponta:

CORAGEM PARA MUDAR E O MS AVANÇAR

- Prefeituras com menor capacidade fiscal terão contrapartidas moduladas para não ficarem fora do plano de obras.
- Municípios com grande déficit de pavimentação urbana receberão carteira própria de requalificação territorial.
- Regiões rurais e corredores de produção serão integrados à agenda de desenvolvimento dos municípios.
- Cada município terá um retrato anual de gargalos: saúde, asfalto, drenagem, pontes, saneamento, iluminação, conectividade, habitação e capacidade social.
- As prioridades passarão por critérios públicos: população atendida, impacto sanitário, integração logística, vulnerabilidade, potencial produtivo e urgência operacional.

Esse desenho assegura que nenhum município fique sem planejamento específico. Administrativamente permite trabalhar com calendário, sequência de entregas e critérios verificáveis.

E tecnicamente, cria uma base para que investimentos não sejam guiados apenas por ocasião ou pressão, mas por mapa de necessidades e estratégia territorial.

Mais previsibilidade para os municípios, menos dependência de articulação política e mais segurança para planejar e executar.

4. GRANDE MISSÃO DE INFRAESTRUTURA 2027-2030

A espinha dorsal do plano é uma missão de infraestrutura com escala de Estado. A proposta é iniciar, já no primeiro ano, um ciclo de investimentos e manutenção capaz de produzir efeito perceptível na mobilidade, no escoamento, na saúde urbana e na competitividade regional. O eixo não é apenas inaugurar obras, mas corrigir passivos, consolidar corredores e fazer a infraestrutura chegar a localidades que hoje ainda dependem de soluções incompletas.

Os quatro blocos da missão

- 1) Rodovias estaduais e eixos transversais entre cidades-polo.
- 2) Estradas vicinais e rotas de produção, transporte escolar e acesso à saúde.
- 3) Pavimentação urbana expressiva com drenagem e calçadas acessíveis.
- 4) Pontes, saneamento, conectividade e energia como infraestrutura complementar.

O compromisso central é executar o maior programa de pavimentação territorial dos últimos anos, articulando infraestrutura rural e urbana.

A meta política do mandato é fazer com que as pessoas sintam a presença do Estado em três escalas ao mesmo tempo: no trajeto entre municípios, no acesso aos distritos e áreas produtivas e no interior das cidades.

4.1. Programa Rodovia Forte

- Recuperação e requalificação dos trechos estaduais prioritários, com foco nas ligações entre cidades-polo e corredores estratégicos.
- Contratos de manutenção por desempenho, garantindo conservação permanente e evitando o modelo de tapa-buraco.

- Modernização da drenagem, sinalização, acostamentos e segurança viária.
- Banco Estadual de Projetos Executivos, com projetos completos e previamente estruturados para dar mais rapidez às obras, reduzir imprevistos, evitar paralisações e diminuir a necessidade de aditivos contratuais.
- Classificação pública da malha rodoviária por nível de criticidade, orientando prioridades e investimentos anuais.

4.2. Programa Estrada da Produção

- Apoio estadual aos municípios na recuperação e manutenção de estradas vicinais estratégicas, por meio de convênios, equipamentos, apoio técnico e investimentos compartilhados.
- Prioridade para rotas essenciais ao transporte escolar, acesso à saúde e escoamento da produção.
- Integração regional das ações para melhorar a trafegabilidade e reduzir interrupções no período de chuvas.
- Planejamento conjunto entre Estado e municípios, com critérios públicos de prioridade e acompanhamento dos resultados.

4.3. Programa Ponte Segura

- Nos primeiros 90 dias de governo, realizar o mapeamento estadual das pontes críticas e publicar um plano de intervenção com prioridades e cronograma.
- Recuperar, substituir e modernizar as pontes prioritárias, começando pelas estruturas em situação crítica e pelas rotas estratégicas para produção, transporte escolar, acesso à saúde e circulação regional.
- Apoiar os municípios, por meio de convênios, projetos, recursos e soluções de engenharia, na recuperação de pontes de estradas vicinais estratégicas.
- Padronizar projetos para reduzir custos, acelerar contratações e diminuir a necessidade de aditivos.
- Integrar as intervenções às rodovias e estradas da produção, garantindo continuidade dos corredores de acesso.

4.4. Infraestrutura para o Desenvolvimento

- Conectividade de qualidade em todo o Estado, com expansão de fibra óptica e internet de alta velocidade para escolas, unidades de saúde, segurança, empresas e comunidades, especialmente no interior.
- Modernização e ampliação da infraestrutura aeroportuária, apoiando municípios com potencial turístico, empresarial e logístico e fortalecendo a integração regional.
- Mais segurança hídrica, energia e saneamento para sustentar a expansão das cidades e das atividades produtivas.
- Melhoria dos acessos e apoio à infraestrutura de escoamento da produção, especialmente para pequenas propriedades e assentamentos, em parceria com os municípios.

O sentido estratégico dessa missão é direto: estrada boa reduz custos, economiza tempo, melhora o acesso aos serviços públicos, dá segurança e previsibilidade ao produtor, valoriza as cidades e movimenta a economia.

Infraestrutura bem planejada e bem executada transforma investimento público em resultado concreto. **É o Estado presente onde a população vive, trabalha e produz — e o cidadão percebendo, na prática, onde seu dinheiro está sendo aplicado.**

5. MS EM OBRAS — PLANO ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS ESTRUTURANTES.

O Estado terá um Plano Estadual permanente de Pavimentação e Obras Estruturantes, com planejamento de longo prazo e execução contínua em todas as regiões.

A prioridade será pavimentar, recuperar e modernizar a infraestrutura existente, eliminar gargalos urbanos e rodoviários e viabilizar obras estruturantes capazes de melhorar a mobilidade, a logística, os serviços públicos e a qualidade de vida.

As obras serão definidas por critérios técnicos e transparência, considerando necessidade regional, impacto social e econômico, urgência e capacidade de execução, garantindo que o investimento público resulte em obras úteis, duráveis e percebidas pela população.

5.1. Onde o Estado vai investir

- **Pavimentação urbana:** acelerar a pavimentação e a recuperação viária nos municípios, priorizando bairros populosos, áreas de expansão e locais com maior déficit de infraestrutura.
- **Acesso a serviços essenciais:** melhorar a mobilidade e os acessos a hospitais, unidades de saúde, escolas e demais equipamentos públicos.
- **Integração urbana e regional:** eliminar gargalos e melhorar as conexões entre bairros, municípios e regiões de maior circulação.
- **Acessos produtivos:** garantir infraestrutura adequada para conectar distritos industriais, polos produtivos, cooperativas e áreas geradoras de emprego à malha viária principal.
- **Obras estruturantes:** executar duplicações, pontes, viadutos, contornos, anéis viários, terceiras faixas e acessos urbanos onde essas intervenções forem necessárias para destravar mobilidade e desenvolvimento.
- **Recuperação e manutenção:** restaurar e conservar a malha rodoviária e as estruturas existentes, evitando que obras já realizadas se deteriore e voltem a exigir grandes investimentos.

Critérios de prioridade: as obras serão definidas com transparência, considerando população beneficiada, déficit de infraestrutura, segurança, acesso a serviços essenciais, fluxo de veículos, impacto econômico e regional, urgência e viabilidade técnica.

5.2. Padrão Técnico, Inovação e Durabilidade

As obras públicas deverão ser planejadas para durar mais, custar menos ao longo do tempo e entregar melhor resultado, com projetos completos, controle de qualidade e fiscalização rigorosa.

- Projetos executivos completos, incluindo drenagem, segurança viária e dimensionamento adequado ao tráfego.
- Engenharia moderna e soluções adequadas a cada necessidade, como pontes, viadutos, duplicações, terceiras faixas e contornos.
- Materiais e pavimentos de maior desempenho, com controle tecnológico e fiscalização independente da qualidade.
- Drenagem integrada às obras, evitando alagamentos, erosões e deterioração prematura.
- Tecnologia na fiscalização, com drones, georreferenciamento e monitoramento digital da execução.
- Manutenção preventiva, preservando pavimentos, pontes, bueiros, drenagem, acostamentos e sinalização.
- Fiscalização por desempenho, com acompanhamento de prazo, custo, qualidade e execução física, reduzindo retrabalho, desperdícios e aditivos contratuais.

Projeto bem feito, obra bem executada e resultado duradouro.

5.3. MS em Obras — Execução e Entrega em Quatro Anos

Primeiros 90 dias — Planejar e destravar

Carteira geral de obras, diagnóstico das estruturas críticas, definição de prioridades e preparação dos projetos.

Ano 1 — Atacar os gargalos

Início imediato das obras para enfrentar os principais gargalos de infraestrutura e serviços públicos, com atuação em saúde, educação, segurança, mobilidade, saneamento e desenvolvimento regional.

Ano 2 — Ampliar

Expansão simultânea das frentes de obras nas nove regiões, aumentando o volume de investimentos e entregas.

Ano 3 — Integrar

Consolidação dos grandes projetos e conexão das obras para melhorar mobilidade, serviços públicos, logística e desenvolvimento regional.

Ano 4 — Concluir e preparar o próximo ciclo

Conclusão das obras prioritárias, entrega dos resultados e manutenção de uma carteira de projetos prontos para garantir continuidade dos investimentos.

Continuidade e controle

As obras em andamento terão continuidade sempre que apresentarem **viabilidade técnica e interesse público**, preservando investimentos já realizados e evitando paralisações que aumentem custos ou atrasem entregas.

A execução será acompanhada tecnicamente ao longo de todo o processo, permitindo corrigir falhas, atualizar soluções de engenharia, controlar aditivos e melhorar a qualidade sem interrupções desnecessárias.

O resultado não será medido apenas por quilômetros executados ou número de obras iniciadas, mas por **qualidade, prazo, custo, segurança, durabilidade e redução efetiva dos gargalos de cada região**.

Obra certa, no lugar certo, com padrão, prazo e resultado.

6. LOGÍSTICA, ROTA BIOCEÂNICA E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL

Mato Grosso do Sul consolidará sua posição como eixo logístico nacional e internacional por meio da integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, portos, terminais e estruturas aduaneiras. A atuação será concentrada na conclusão e integração dos projetos estruturantes, na eliminação de gargalos e na ampliação da capacidade operacional dos corredores.

Os investimentos incorporarão engenharia moderna, digitalização, sistemas inteligentes de transporte, georreferenciamento, monitoramento remoto e gestão por dados, elevando o padrão de planejamento, execução, operação e manutenção da infraestrutura logística.

Agenda logística de Estado

- **Rota Bioceânica:** consolidar sua operação no Estado, com adequação de acessos, entroncamentos, estruturas de apoio, segurança viária e integração aos demais modais.
- **Hidrovia do Rio Paraguai:** atuar para que os projetos de navegabilidade e modernização resultem em operação regular e segura, integrando Corumbá, Ladário e Porto Murtinho às redes rodoviária e ferroviária.
- **Malha Oeste:** atuar para que o processo de nova concessão resulte efetivamente na retomada e modernização da ferrovia, com capacidade operacional e conexão aos principais polos produtivos e logísticos.
- **Integração multimodal:** estruturar conexões eficientes entre rodovias, ferrovia, hidrovia, portos e terminais, priorizando os pontos de maior demanda logística.
- **Acessos estratégicos:** executar ligações de última milha e eliminar gargalos entre corredores, terminais, portos, áreas industriais e polos produtivos.
- **Travessias urbanas:** implantar contornos, variantes e dispositivos viários onde o aumento do fluxo de cargas gerar conflito com a circulação urbana.
- **Logística inteligente:** incorporar monitoramento remoto, georreferenciamento, sistemas de gestão de tráfego e análise de dados à operação e manutenção dos corredores.

6.1. Desenvolvimento associado aos corredores logísticos

A infraestrutura logística será acompanhada de ações direcionadas aos municípios diretamente impactados, para converter os novos fluxos econômicos em oportunidades locais.

- Municípios da Rota: adequar infraestrutura urbana, mobilidade e serviços públicos às novas demandas geradas pelo aumento da circulação de cargas e pessoas.
- Polos de serviços logísticos: estruturar municípios estratégicos para atividades de armazenagem, manutenção, transporte, distribuição e apoio operacional.
- Qualificação profissional: direcionar formação técnica às demandas efetivas de logística, comércio exterior, indústria, turismo e serviços.
- Empresas locais: ampliar a participação de pequenos e médios negócios nas cadeias de fornecimento e prestação de serviços relacionadas aos novos corredores.
- Turismo da Rota Bioceânica: integrar destinos, sinalização, informação multilíngue e serviços turísticos nos municípios do corredor.

Integração entre modais, capacidade operacional e infraestrutura logística funcionando de verdade.

7. SANEAMENTO, DRENAGEM, URBANISMO E HABITAÇÃO

O plano de infraestrutura só estará completo se as obras urbanas integrarem saneamento, drenagem, resíduos sólidos, mobilidade, habitação e qualificação do espaço público. O investimento não pode se limitar à capa asfáltica sem resolver o escoamento das águas, a destinação de resíduos, a acessibilidade e o crescimento ordenado das cidades.

7.1. Saneamento como política de saúde

- Apoio técnico e financeiro aos municípios para o cumprimento das metas do marco legal do saneamento.
- Expansão da coleta e do tratamento de esgoto, priorizando localidades com maior déficit de cobertura e pressão urbana.
- Drenagem integrada à infraestrutura viária, reduzindo alagamentos, erosões e deterioração precoce do pavimento.
- Soluções regionalizadas para resíduos sólidos, com escala adequada para municípios menores e áreas de maior vulnerabilidade.

7.2. Requalificação urbana e habitabilidade

- Pacotes urbanos integrados com pavimentação, drenagem, sinalização, calçadas acessíveis, iluminação e arborização.
- Integração dos programas habitacionais à infraestrutura urbana, priorizando localidades com maior déficit social e habitacional.
- Moradia bem localizada, com acesso a emprego, transporte, escola, saúde, saneamento e conectividade.
- Requalificação de praças, parques e espaços públicos, integrando lazer, acessibilidade, iluminação e segurança urbana.

Essa agenda produz efeito eleitoral e administrativo ao mesmo tempo: de um lado, responde a dores muito concretas da população; de outro, melhora indicadores de saúde, sustentabilidade social, moradia, serviços urbanos e desenvolvimento local. É a diferença entre apenas fazer obra e realmente fazer cidade.

7.3. Plano Estadual de Redução do Déficit Habitacional

Mato Grosso do Sul ampliará a produção de moradias em escala, com planejamento contínuo para reduzir o déficit habitacional e acompanhar o crescimento das cidades.

Meta: viabilizar 30 mil novas moradias até o final do segundo ano de governo, por meio da combinação de recursos estaduais, programas federais, FGTS, terrenos públicos, contrapartidas municipais e participação privada.

- **Produção em escala:** ampliar simultaneamente os programas de construção, aquisição subsidiada, lote urbanizado e substituição de moradias precárias.
- **Recursos estaduais para multiplicar investimentos:** utilizar recursos próprios principalmente em subsídios, terrenos, infraestrutura e contrapartidas, permitindo captar volumes maiores de recursos federais e de financiamento.
- **Participação dos grandes investimentos:** empreendimentos beneficiados por incentivos fiscais ou que gerem forte pressão habitacional poderão contribuir com moradias, terrenos, infraestrutura ou aportes ao programa, conforme critérios técnicos.
- **Moradia onde o Estado cresce:** antecipar a demanda habitacional nos municípios que receberem novas indústrias, polos logísticos e grandes investimentos, evitando pressão excessiva sobre aluguel e crescimento urbano desordenado.
- **Casa Sustentável MS:** as novas unidades terão soluções de conforto térmico, eficiência energética, economia de água, energia renovável quando viável e tecnologias construtivas modernas e duráveis.
- **Moradia integrada à cidade:** os empreendimentos serão implantados com acesso a saneamento, transporte, escola, saúde, internet e oportunidades de trabalho.
- **Transparência:** a população acompanhará, por município, as moradias contratadas, em construção e entregues e os recursos mobilizados.

Um governo que transforma crescimento em qualidade de vida e coloca a moradia digna no centro das prioridades.

8. SAÚDE PERTO DE CASA

Mato Grosso do Sul fará um choque de gestão na saúde, com foco na redução do tempo de espera, ampliação da capacidade regional, prevenção e controle rigoroso dos custos. A rede será organizada para resolver mais casos dentro de cada região e reduzir deslocamentos provocados pela falta de estrutura assistencial.

8.1. Hospitais regionais 24 horas e rede resolutive

- Hospitais regionais 24 horas, com estrutura compatível para urgência, internação, diagnóstico, cirurgias e especialidades conforme a demanda de cada região.
- Ampliação da capacidade regional, com leitos, exames, especialistas e suporte hospitalar onde houver vazios assistenciais.
- Gestão por desempenho, com indicadores de produção, ocupação de leitos, tempo de permanência, qualidade e resolutividade.
- Custo por paciente e procedimento, com controle de medicamentos, materiais, estoques e preços para identificar desperdícios e distorções nas compras.

8.2. Regulação transparente e fim das longas esperas

- Meta dos primeiros 12 meses: zerar o estoque represado das filas críticas de consultas, exames e cirurgias e estabelecer parâmetros de tempo de atendimento conforme prioridade clínica.
- Fila única e consultável, permitindo saber quantas pessoas aguardam cada procedimento, por município e região.
- Acompanhamento individual, com consulta da prioridade clínica, tempo de espera e andamento da solicitação.
- Painel público das filas, com entradas, atendimentos realizados, tempo de espera e evolução mensal de cada procedimento.
- Ação direta sobre os gargalos, ampliando produção, horários, contratação complementar e utilização da capacidade disponível onde a fila exigir.
- Rastreabilidade da regulação, com registro e justificativa de alterações de prioridade e situação do paciente.

8.3. Prevenção, diagnóstico precoce e Telessaúde

- Concluir e universalizar o prontuário digital integrado da rede pública, garantindo ao cidadão um histórico único de saúde, acessível em toda a rede, com segurança e proteção de dados.
- Primeira infância acompanhada, com protocolos para identificação precoce de alterações de desenvolvimento, linguagem, audição, visão e comportamento.
- Rastreamento precoce do autismo e de outros transtornos do neurodesenvolvimento, com prioridade para avaliação e início do cuidado quando houver sinais de risco.
- Telessaúde integrada à regulação, ampliando teleconsulta, teleinterconsulta e telediagnóstico para aproximar especialidades do interior.
- Prevenção orientada por dados, com foco em doenças crônicas, saúde da mulher e da criança, vacinação e vigilância epidemiológica.

8.4. Trauma, trânsito e capacidade hospitalar

- Prevenção de acidentes orientada por dados, integrando saúde, segurança e infraestrutura para atuar nos pontos e comportamentos de maior risco.
- Rede regional de trauma, ampliando capacidade de estabilização, diagnóstico, cirurgia e atendimento ortopédico nas regiões.
- Proteção da capacidade cirúrgica, organizando leitos e centros cirúrgicos para reduzir o impacto das emergências traumáticas sobre as cirurgias eletivas.
- Tempo de resposta, integrando SAMU, Corpo de Bombeiros, regulação e hospitais para acelerar o atendimento e o encaminhamento ao serviço adequado.
- Indicadores de trauma, acompanhando acidentes, internações, ocupação de leitos, cirurgias de urgência e impacto sobre as filas hospitalares.

8.5. Diagnóstico precoce, cuidado e apoio às famílias

- Toda criança deverá ser acompanhada desde os primeiros anos de vida, com protocolos para identificar precocemente sinais de autismo, deficiência intelectual, física, visual e auditiva, transtornos do neurodesenvolvimento e outras alterações que possam comprometer seu desenvolvimento.
- Identificadas as necessidades, a criança terá encaminhamento rápido para avaliação, diagnóstico e tratamento, evitando que a família passe anos aguardando uma definição ou seja obrigada a buscar atendimento fora de sua região.
- Ampliar a oferta de neuropediatria, pediatria especializada, psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, psicopedagogia e demais profissionais, conforme a necessidade de cada criança.
- Garantir estimulação precoce e reabilitação para crianças com deficiência ou atraso no desenvolvimento, priorizando o atendimento nos primeiros anos de vida.
- Fortalecer a rede de atendimento às pessoas com autismo, garantindo avaliação, terapias e acompanhamento individualizado conforme a necessidade.
- Garantir atenção também ao adulto e ao idoso com deficiência ou autismo, com continuidade do cuidado e estratégias voltadas à autonomia e à qualidade de vida.
- Criar uma política de apoio aos pais, familiares e cuidadores, com orientação, acompanhamento e acesso a informações sobre diagnóstico, tratamento, direitos e serviços disponíveis.
- Integrar saúde, educação e assistência social, para que a pessoa não perca o acompanhamento ao mudar de etapa da vida ou de serviço público.

Saúde não pode ser espera, distância ou abandono. É cuidado no tempo certo, perto de casa e com dignidade para todos.

9. SAÚDE E PROTEÇÃO ANIMAL

Mato Grosso do Sul avançará da política predominantemente preventiva para uma rede estadual de assistência veterinária, complementando as ações de castração, microchipagem e controle de zoonoses que já existem.

Protetores independentes e entidades de proteção animal cumprem papel relevante, mas não podem carregar sozinhos casos que exigem exames, cirurgias, internações e tratamentos de maior custo. A política estadual organizará capacidade pública e parcerias para ampliar o acesso e dar suporte a quem já atua nessa área.

9.1. Rede Estadual de Assistência Veterinária

- Implantar um Hospital Veterinário Estadual de Referência, com atendimento clínico, diagnóstico, cirúrgico e de urgência para públicos prioritários.
- Organizar atendimento regional, utilizando universidades, estruturas públicas e rede parceira para evitar concentração exclusiva na Capital.
- Estabelecer fluxo para animais resgatados, casos de maior complexidade e famílias em situação de vulnerabilidade.

9.2. Parceria com quem já protege

- Estruturar mecanismos transparentes de parceria e apoio às entidades que comprovadamente prestam assistência animal.
- Integrar protetores, entidades, universidades e municípios à rede de encaminhamento, evitando que casos de alto custo fiquem exclusivamente sob responsabilidade da iniciativa voluntária.
- Manter critérios de acesso, prestação de contas e acompanhamento dos resultados.

9.3. Prevenção permanente

- Dar continuidade e ampliar castração e microchipagem, integrando-as à nova rede assistencial.
- Fortalecer vigilância de zoonoses e a abordagem de Saúde Única.
- Integrar prevenção, guarda responsável, adoção e combate ao abandono.

Saúde animal com acesso, prevenção e responsabilidade pública.

10. EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E JUVENTUDE — PREPARAR PARA O FUTURO

Educação será tratada como base do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, com foco em aprendizagem, qualidade do ensino, tecnologia e preparação dos jovens para as oportunidades do futuro. O objetivo não é apenas manter o aluno mais tempo na escola, mas garantir que esse tempo resulte em conhecimento, formação, autonomia e oportunidades.

10.1. Escola Forte e Conectada

- Qualificar o tempo integral já existente, garantindo que a jornada ampliada resulte em mais aprendizagem, tecnologia, esporte, cultura e preparação para a vida e o trabalho.
- Recuperar a aprendizagem com acompanhamento de resultados, apoio pedagógico e atenção aos alunos e municípios com maiores dificuldades.
- Garantir internet de qualidade em todas as escolas estaduais, com infraestrutura digital adequada ao ensino.
- Fortalecer a gestão escolar e a formação dos profissionais da educação, valorizando quem está na sala de aula.
- Utilizar dados e avaliações para identificar dificuldades e agir rapidamente onde os resultados estiverem abaixo do esperado.
- Estimular laboratórios, ciência, tecnologia, inovação e atividades práticas que tornem a escola mais atrativa e conectada ao mundo real.

10.2. Ensino Técnico e Qualificação para o Trabalho

- Conectar a formação técnica às vocações e oportunidades de cada território: agroindústria, logística, turismo, tecnologia, saúde, indústria e bioeconomia.
- Levar cursos e trilhas de qualificação aos municípios do interior, aproximando formação, emprego e renda.
- Fortalecer a conexão entre educação profissional, primeiro emprego, empreendedorismo e inclusão digital.
- Integrar escolas, instituições de ensino e setor produtivo para ampliar oportunidades de estágio, formação prática e inserção profissional.

10.3. Juventude — Oportunidade para Ficar e Crescer

- Levar tecnologia, robótica, ciência aplicada, inovação e cultura maker para a rede estadual.
- Combater a evasão escolar e fortalecer ações de prevenção à violência e às vulnerabilidades que afetam os jovens.
- Criar conexões entre estudantes, universidades, institutos e empresas para estágios, pesquisa, inovação e primeiro emprego.
- Estimular empreendedorismo, formação digital e novas competências para as profissões do futuro.
- Desenvolver políticas específicas para jovens das áreas rurais, comunidades tradicionais e povos originários, respeitando suas realidades.

10.4. Escola Inclusiva de Verdade

- Nenhum aluno deixado para trás: garantir que estudantes autistas e com deficiência estejam na escola regular, com os apoios necessários para aprender, participar e desenvolver autonomia.
- Implantar um modelo estadual de suporte à inclusão, com equipes preparadas para orientar professores e escolas diante das diferentes necessidades dos alunos.
- Adotar princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, tornando o ensino mais acessível e flexível, com diferentes formas de apresentar conteúdos, desenvolver atividades e avaliar a aprendizagem.
- Ampliar tecnologia assistiva, comunicação alternativa e recursos pedagógicos adaptados, incluindo ferramentas digitais quando adequadas.
- Desenvolver planos individuais de aprendizagem para estudantes que necessitem de acompanhamento específico, em diálogo com escola, família e profissionais envolvidos.
- Preparar as escolas para questões sensoriais, com recursos e ambientes de regulação dentro da própria escola, sem separar o aluno dos demais.

- Garantir formação prática e continuada para professores e equipes escolares, para que a inclusão aconteça na sala de aula e não apenas no papel.
- Integrar educação, saúde e assistência social nos casos que exigirem atuação conjunta.

10.5. Escola que Motiva e Prepara

A escola precisa voltar a despertar interesse, confiança e perspectiva de futuro. O objetivo é que o estudante encontre sentido no que aprende, desenvolva autonomia e conclua a educação básica preparado para fazer suas escolhas.

- Tornar o aprendizado mais dinâmico, prático e conectado à realidade, despertando curiosidade e participação.
- Fortalecer projeto de vida, orientação e protagonismo estudantil, ajudando cada aluno a reconhecer seus talentos e possibilidades.
- Criar uma cultura de mérito, esforço, responsabilidade e superação, valorizando o desenvolvimento de cada estudante.
- Identificar e enfrentar precocemente situações que levam ao abandono, desmotivação e afastamento da escola.
- Garantir que o aluno conclua sua formação com conhecimento, confiança e perspectivas reais para o futuro.

A meta é simples: nenhum jovem sem perspectiva, sem estudo e sem caminho. O Estado deve trabalhar para formar uma geração mais preparada, mais confiante e mais entusiasmada com o futuro.

11. TECNOLOGIA, GOVERNO DIGITAL E CIDADES INTELIGENTES

Tecnologia será tratada como infraestrutura administrativa. O objetivo é fazer o Estado caber no celular do cidadão, reduzir burocracia, integrar bases de dados, apoiar a gestão municipal e usar inteligência para melhorar saúde, segurança, educação e obras públicas.

11.1. Governo na palma da mão

- Aplicativo único do Estado para documentos, protocolos, saúde, matrícula, benefícios, obras e segurança.
- Navegação simples, integração de serviços e ferramentas de acessibilidade.
- Canal telefônico e atendimento assistido para pessoas consideradas analfabetas digitais.

11.2. Integração digital com municípios

- Rede de comunicação e sistemas automatizados para as unidades gestoras estaduais e municipais.
- Suporte técnico regionalizado para adoção de plataformas e gestão de informação.
- Padrões de interoperabilidade que evitem retrabalho e ampliem a confiabilidade dos dados.

11.3. Cidades inteligentes do interior

- Apoio aos municípios para iluminação eficiente, sensores, videomonitoramento, gestão de tráfego e serviços digitais.
- Uso de dados para identificar áreas com pressão sobre drenagem, mobilidade, saúde e segurança.
- Internet rápida e de qualidade em todos os municípios, com prioridade para serviços públicos essenciais.

11.4. Governo na palma da mão

- Big data, inteligência artificial e internet das coisas aplicados a políticas públicas e prevenção de fraudes.
- Modernização da informação contábil, de obras e de indicadores setoriais para melhorar a decisão de governo.
- Painéis públicos que permitam ao cidadão acompanhar metas, filas, repasses e execução física das entregas.

12. SEGURANÇA PÚBLICA, FRONTEIRA E PROTEÇÃO SOCIAL

12.1. Presença, tecnologia e resposta

- Observatório de dados para orientar prevenção, patrulhamento e investigação.
- Videomonitoramento, leitura de placas e centros integrados de comando em regiões estratégicas.
- Fortalecimento e interiorização da capacidade operacional das forças de segurança.
- Melhoria das estruturas físicas, equipamentos e valorização dos profissionais.

12.2. Fronteira e campo

- Integração com forças federais e estaduais em rotas críticas da fronteira e da Rota Bioceânica.
- Consolidação da patrulha rural e proteção de eixos produtivos.
- Combate ao crime organizado, crimes ambientais, roubo de cargas e furtos em áreas rurais.

12.3. Segurança da mulher, da infância e do cidadão comum

- Enfrentamento forte ao feminicídio, assédio e demais formas de violência contra a mulher.
- Fortalecimento das políticas de proteção infantojuvenil e integração com a rede de assistência.
- Polícia comunitária, conselhos locais e presença preventiva em áreas de maior vulnerabilidade.
- Melhorias nos serviços de identificação e acesso a documentos essenciais.

12.4. Proteção social articulada

- Ações sociais, esportivas e educativas integradas à prevenção da violência.
- Atendimento a comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e demais populações tradicionais.
- Integração entre segurança, assistência social, educação e saúde mental para áreas de maior risco.

13. CULTURA, IDENTIDADE, ECONOMIA CRIATIVA E ESPORTE

Mato Grosso do Sul possui uma identidade própria, formada pelas culturas pantaneira, fronteira, indígena, rural e urbana. A política cultural valorizará esse patrimônio, fortalecerá quem produz cultura e ampliará oportunidades de trabalho e renda em todas as regiões.

O esporte será tratado como política pública de saúde, inclusão, formação, prevenção e oportunidade, garantindo acesso à prática esportiva desde a infância e criando caminhos para o desenvolvimento de talentos em todas as regiões do Estado.

13.1. Cultura em Dia

- Estabelecer prazos e fluxo específico para contratação e pagamento de artistas.
- Implantar acompanhamento digital dos processos.
- Simplificar exigências, preservando os controles legais.
- Dar transparência aos contratos, apresentações e pagamentos.

13.2. Cultura nos municípios

- Criar uma agenda permanente de circulação cultural pelas regiões.
- Apoiar a utilização de teatros, bibliotecas, museus e centros culturais existentes.
- Incentivar festivais, feiras e circuitos que valorizem artistas locais.
- Ampliar as ações nos pequenos e médios municípios.

13.3. Identidade e patrimônio

- Preservar o patrimônio histórico, artístico, material e imaterial.
- Valorizar as culturas indígena, pantaneira, fronteira e das comunidades tradicionais.
- Apoiar a memória, o artesanato, a música, a literatura e a gastronomia regionais.
- Integrar cultura, turismo e desenvolvimento local.

13.4. Economia criativa

- Capacitar artistas, produtores, artesãos e empreendedores culturais.
- Estimular as produções audiovisual, musical, editorial e artística.
- Aproximar cultura, tecnologia, inovação e empreendedorismo.
- Ampliar a circulação das produções sul-mato-grossenses.

13.5. Rede Estadual de Pontos de Cultura

- Fortalecer e ampliar a Rede Estadual de Pontos de Cultura.
- Apoiar a certificação de novas iniciativas, especialmente no interior.
- Promover editais simplificados, regionalizados e transparentes.
- Capacitar entidades e coletivos para elaboração de projetos e prestação de contas.
- Apoiar Pontões de Cultura na articulação e integração regional da rede.

13.6. Esporte: oportunidade em todo Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul precisa transformar o esporte em política de oportunidade, saúde, formação e inclusão, levando estrutura e programas para além da Capital.

- Recuperar e ampliar espaços esportivos nos 79 municípios, priorizando regiões com menor oferta.
- Esporte na escola, com atividades regulares e identificação de talentos desde a infância.
- Criar uma rede estadual de iniciação esportiva, especialmente para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.
- Apoiar atletas e equipes sul-mato-grossenses, com critérios transparentes e foco em resultados.
- Regionalizar competições, levando campeonatos e eventos para o interior e movimentando a economia dos municípios.

- Integrar esporte, saúde, educação e prevenção à violência, usando a prática esportiva como instrumento de proteção e desenvolvimento da juventude.

Mais esporte, mais saúde, mais oportunidades. Em Mato Grosso do Sul, talento não pode depender do CEP.

14. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUTIVIDADE, INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Mato Grosso do Sul ocupa posição estratégica no centro da América do Sul e possui condições para ampliar sua integração econômica com Paraguai, Argentina e demais mercados do continente.

Essa posição geográfica precisa se transformar em desenvolvimento concreto. O próximo ciclo econômico buscará aproximar cadeias produtivas, ampliar mercados, atrair investimentos, fortalecer a indústria, agregar valor à produção e gerar novas oportunidades em todas as regiões.

A integração sul-americana será tratada não apenas como corredor de passagem, mas como instrumento permanente de desenvolvimento econômico, industrial e comercial.

14.1. Integração Regional e Cadeias Produtivas Internacionais

- Alianças produtivas transnacionais: estimular a integração entre empresas, produtores, fornecedores e cadeias industriais de Mato Grosso do Sul e dos países vizinhos.
- Integração industrial e comercial: criar ambiente favorável à instalação de empresas que utilizem a posição estratégica do Estado para atender mercados brasileiros e sul-americanos.
- Agregação de valor: incentivar investimentos capazes de transformar matérias-primas produzidas no Estado em produtos de maior valor agregado.
- Integração de fornecedores: aproximar pequenas, médias e grandes empresas locais das novas cadeias produtivas.
- Comércio exterior: ampliar o apoio às empresas na abertura de mercados, exportação, importação e inserção em cadeias internacionais.

A integração logística com Paraguai, Argentina e demais mercados sul-americanos será utilizada como instrumento para atrair investimentos, ampliar cadeias produtivas, agregar valor à produção estadual e gerar novos empregos em Mato Grosso do Sul.

14.2. Estratégia por região e cadeia produtiva

- Agroindustrialização com apoio à transformação local da produção.
- Fortalecimento da agricultura familiar, de cooperativas e de compras governamentais.
- Apoio ao pequeno empreendedor, ao MEI e à formalização como política permanente.
- Ambiente de negócios mais simples, digital e previsível.

14.3. Inovação, ciência e patentes

- Programa estadual para transformar pesquisa em produto, patente, processo e empresa.
- Estímulo a parques tecnológicos, incubadoras, ecossistemas criativos e inovação aplicada ao agro, à indústria e à saúde.
- Parcerias entre governo, universidades e setor produtivo para responder aos desafios regionais.
- Foco em tecnologias verdes, biocombustíveis, energia renovável, agricultura inteligente e inovação aplicada às cadeias produtivas do Estado.

14.4. Turismo e economia de experiência

- Integração entre turismo, esporte, meio ambiente e desenvolvimento regional.
- Apoio técnico e financeiro às regiões turísticas para inovação, criação de novos produtos e profissionalização da governança.
- Melhoria de acessos, saneamento, sinalização, informação ao visitante e segurança em destinos estratégicos.

CORAGEM PARA MUDAR E O MS AVANÇAR

- Aproveitamento econômico sustentável do Pantanal, da fronteira e das rotas de natureza.
- Viabilização de um grande parque aquático em Campo Grande, por meio de parceria com a iniciativa privada, criando uma nova atração turística e de lazer, capaz de ampliar a permanência dos visitantes, gerar empregos e movimentar hotéis, restaurantes, comércio e serviços.

A meta é fazer com que as vocações de cada região se transformem em investimento, emprego, renda e oportunidade, ampliando a presença de Mato Grosso do Sul nos mercados nacionais e sul-americanos.

15. MEIO AMBIENTE, PANTANAL E DESENVOLVIMENTO RESPONSÁVEL

Mato Grosso do Sul tem uma das maiores riquezas naturais e produtivas do Brasil. O desafio é preservar esse patrimônio sem travar quem produz, investe e gera emprego.

A política ambiental precisa proteger o que é único no Estado, combater com firmeza quem atua ilegalmente e, ao mesmo tempo, garantir segurança jurídica, previsibilidade e respeito a quem produz dentro da lei.

No Pantanal, em Bonito, na Serra da Bodoquena e nas demais regiões sensíveis, a proteção ambiental será construída com ciência, tecnologia e conhecimento de quem vive o território todos os dias. O Estado não tratará produção e preservação como lados opostos.

15.1. Pantanal: proteger com quem conhece

- Integrar produtores, comunidades, pesquisadores e poder público às decisões sobre prevenção e conservação.
- Fortalecer a prevenção permanente a incêndios, com manejo adequado, brigadas, monitoramento e resposta rápida.
- Reconhecer, quando tecnicamente indicado, o papel do manejo das pastagens e da pecuária tradicional na redução de biomassa combustível.
- Planejar infraestrutura compatível com a dinâmica das águas e as características do bioma.
- Valorizar a experiência de quem vive e produz no Pantanal como parte essencial da proteção do território.

15.2. Água e territórios sensíveis

- Bonito e Serra da Bodoquena: proteger a qualidade e a transparência das águas, nascentes e bacias hidrográficas.
- Ampliar o monitoramento de alterações de turbidez, vazão e qualidade da água, com resposta técnica rápida quando houver anormalidades.
- Avaliar os impactos acumulados das atividades sobre bacias e áreas ambientalmente sensíveis.
- Fortalecer ações de recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas sujeitas a erosão e assoreamento.
- Tratar segurança hídrica como parte do planejamento econômico e territorial do Estado.

15.3. Segurança jurídica e parceria com quem produz

- Produtor como parceiro: reconhecer o papel do agro e de quem vive no campo na conservação do território e na economia de Mato Grosso do Sul.
- Segurança jurídica: estabelecer regras claras, previsíveis e estáveis para quem produz e investe dentro da legalidade.
- Fiscalização focada no ilegal: concentrar rigor sobre crimes ambientais, desmatamento ilegal, queimadas criminosas e demais atividades irregulares.
- Tecnologia e produtividade: estimular inovação, manejo responsável e soluções que aumentem eficiência no uso do solo, da água e dos recursos naturais.
- Diálogo técnico permanente: construir soluções com produtores, entidades do setor, pesquisadores e órgãos públicos.

15.4. Conservação que gera valor

- Valorizar economicamente quem conserva água, vegetação e biodiversidade.
- Estimular bioeconomia, inovação, economia circular e novos negócios ligados aos ativos naturais do Estado.

- Aproximar conservação, ciência, produção e desenvolvimento regional.
- Criar condições para que preservar também gere renda, investimento e oportunidades locais.

Preservar sem paralisar. Produzir com responsabilidade. Dar segurança a quem faz certo.

16. COMBATE À CORRUPÇÃO, TRANSPARÊNCIA E GOVERNO EFICIENTE

O dinheiro público pertence à população. O Estado precisa ter tolerância zero com corrupção, desperdício, favorecimento e uso ineficiente dos recursos públicos. Transparência não pode ser apenas publicação de dados: deve permitir controle, fiscalização e responsabilização.

- Tolerância zero com corrupção, desvios e favorecimentos, fortalecendo prevenção, controle e responsabilização.
- Reforçar auditoria, controle interno, corregedoria e mecanismos de integridade em toda a administração estadual.
- Transparência em tempo real de contratos, licitações, pagamentos, obras, emendas, renúncias fiscais e execução orçamentária.
- Criar acompanhamento público de grandes obras e contratos, com valor, prazo, empresa responsável, execução física e pagamentos realizados.
- Ampliar o uso de tecnologia e inteligência de dados para identificar sobrepreço, pagamentos suspeitos, direcionamento e outras irregularidades.
- Reduzir aditivos, desperdícios e contratos mal planejados, com projetos completos, fiscalização e responsabilização quando houver falhas.
- Fortalecer mecanismos de denúncia e proteção ao cidadão e ao servidor que comuniquem irregularidades.
- Avaliar permanentemente programas, contratos e benefícios públicos, mantendo aquilo que entrega resultado e corrigindo ou encerrando o que não funciona.

O compromisso é simples: dinheiro público não é dinheiro de governo. É dinheiro do cidadão. Cada real deve ser rastreável, fiscalizado e transformado em serviço, obra ou oportunidade para a população.

17. GESTÃO EFICIENTE, TRANSPARÊNCIA E RESULTADOS

Um governo eficiente não é aquele que apenas arrecada e administra recursos, mas aquele que transforma dinheiro público em resultados concretos para a população. A gestão será orientada por planejamento, controle, execução, transparência e avaliação permanente.

17.1. Instrumentos de governança

- Estabelecer metas por área e acompanhar obras, contratos, serviços e entregas, com alertas para atrasos, custos elevados e baixa execução.
- Criar um painel público com prazo, custo, andamento e resultado das principais ações do governo.
- Utilizar dados e tecnologia para aprimorar fiscalização, compras públicas, planejamento e tomada de decisões.
- Integrar informações para identificar problemas e permitir correção rápida das ações governamentais.

17.2. Dinheiro público com prioridade e resultado

- Organizar uma carteira de investimentos com base em impacto social e econômico, urgência, maturidade técnica e capacidade de execução.
- Garantir a rastreabilidade dos recursos, permitindo acompanhar o dinheiro público desde a previsão orçamentária até a entrega.

- Revisar despesas, contratos e custos, eliminando desperdícios e direcionando recursos para as áreas prioritárias.
- Priorizar investimentos capazes de gerar melhoria concreta na vida da população, com acompanhamento de resultados.

17.3. Gestão com o povo

- Permitir que a população avalie serviços, obras e políticas públicas, incorporando essa percepção aos indicadores de desempenho.
- Problemas recorrentes deverão gerar resposta, correção e acompanhamento pela área responsável.
- Ampliar os canais de participação e fiscalização social, aproximando o governo das necessidades reais de cada região.
- Dar transparência não apenas ao que o Estado gastou, mas ao que foi efetivamente entregue à população.

O governo entrega. A população avalia. O Estado corrige e melhora.

18. MATO GROSSO DO SUL POR INTEIRO

9 Regiões . 9 missões . Um projeto de Estado.

Mato Grosso do Sul será planejado como um único Estado, respeitando as diferenças de cada território. Cada região terá uma missão estratégica própria, conectada a um projeto estadual de infraestrutura, desenvolvimento, saúde, segurança, educação e logística.

O Governo do Estado concentrará sua atuação naquilo que exige escala: grandes conexões, obras estruturantes, redes regionais de serviços, integração logística e preparação para novos ciclos econômicos.

Estado e municípios: parceria sem dependência

A relação com os municípios será institucional, previsível e baseada em critérios públicos. Prefeitos não dependerão de pedidos sucessivos, relações pessoais ou alinhamento político para acessar investimentos e apoio estadual.

- Critérios claros: prioridades definidas por necessidade, impacto, relevância regional e capacidade de execução.
- Programação conhecida: municípios saberão quais projetos estão priorizados e em que etapa se encontram.
- Apoio técnico: o Estado dará suporte à estruturação de projetos e à captação de recursos quando necessário.
- Tratamento institucional: todos os municípios terão acesso ao Governo do Estado, independentemente de partido ou posição política.

Município não dependerá de favor político para ser atendido pelo Estado: terá critérios claros, previsibilidade e respeito institucional.

18.1. Campo Grande – Comandar sem concentrar

Fortalecer a Capital como centro de alta complexidade, tecnologia, logística e serviços avançados, enquanto as demais regiões ganham maior capacidade de resolver suas próprias demandas.

Prioridades: grandes acessos, alta complexidade em saúde, inovação, logística e integração com o entorno.

18.2. Grande Dourados — Produzir e transformar mais

Aproveitar a força produtiva e acadêmica da região para ampliar industrialização, valor agregado, inovação e emprego qualificado.

Prioridades: corredores estruturantes, agroindustrialização, saúde regional, formação técnica, inovação e fornecedores locais.

18.3. Bolsão — Industrializar com estrutura

Preparar a região para expansão industrial sem permitir que infraestrutura, serviços e qualificação fiquem para trás.

Prioridades: novas conexões logísticas, acessos industriais, energia, formação profissional, saúde regional e integração de fornecedores locais.

18.4. Cone Sul — Conectar a produção

Completar as ligações capazes de dar confiabilidade à produção, ao deslocamento das pessoas e ao acesso regional aos serviços.

Prioridades: novas pavimentações estratégicas, pontes definitivas, conexões entre polos, agroindustrialização e capacidade regional de atendimento.

18.5. Pantanal — Desenvolver respeitando o território

Executar uma estratégia própria para um território marcado pelas águas, grandes distâncias, produção tradicional e patrimônio ambiental único.

Prioridades: infraestrutura adaptada, pontes e acessos estratégicos, prevenção permanente ao fogo, conectividade e serviços regionais.

18.6. Região Leste — Antecipar o crescimento

Preparar infraestrutura e capacidade regional antes que novos investimentos provoquem gargalos.

Prioridades: conexões rodoviárias e industriais, integração logística, energia, qualificação profissional e fortalecimento dos serviços regionais.

18.7. Região Norte — Vencer as distâncias

Reduzir o impacto das grandes distâncias sobre produção, saúde, educação e segurança.

Prioridades: novas conexões, pavimentações estratégicas, pontes, polos regionais de saúde, formação profissional, conectividade e segurança rural.

18.8. Sudoeste — Fazer a Bioceânica gerar desenvolvimento

Transformar a Rota Bioceânica em instrumento de desenvolvimento dentro de Mato Grosso do Sul, e não apenas em corredor de passagem.

Prioridades: conexões estaduais com a rota, acessos logísticos, segurança, qualificação profissional e novas atividades econômicas.

18.9. Sul-Fronteira — Transformar fronteira em vantagem

Fortalecer presença do Estado, segurança e integração econômica em uma das áreas mais estratégicas de Mato Grosso do Sul.

Prioridades: inteligência de fronteira, corredores estruturantes, integração produtiva, tecnologia, saúde regional e formação profissional.

18.10. Grandes conexões e pontes estruturantes

O Estado executará uma carteira de novas conexões estratégicas, priorizando ligações capazes de integrar regiões, polos produtivos, hospitais regionais, áreas industriais, fronteiras e corredores logísticos.

Entram nessa carteira novas pavimentações, novas pontes, substituição de estruturas críticas, duplicações, contornos, variantes e intervenções que eliminem gargalos de capacidade.

A recuperação e conservação da malha existente serão tratadas separadamente como obrigação permanente do Estado, e não como nova entrega. Manutenção preserva. Obra estruturante transforma.

Nove regiões. Grandes conexões. Municípios respeitados. Um só Mato Grosso do Sul, mais presente, mais próximo das pessoas e avançando por inteiro.